



Assembleia de Freguesia de Cortegaça Concelho de Ovar

Sessão ordinária de vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e um

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1: Período de Intervenção ao Público.

2: PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia):

2.1: Apreciação e Votação da Ata de 28 de dezembro de 2020;

3: POD (Período da Ordem do Dia):

3.1: Atividades da Junta de Freguesia;

3.2: Discussão e Apreciação da Prestação de Contas do ano Económico de 2020;

3.3: Discussão e Apreciação do Inventário em 31/12/2020;

4: Moção do Partido Socialista.

4.1: Submeter à apreciação e votação desta Assembleia, uma resolução que determine que a



venda dos lotes relativos ao projeto de loteamento do artigo matricial nº 802, terá de passar pela autorização desta assembleia de Freguesia, nomeadamente definindo e aprovando o valor da venda de cada lote.

5: Moção do Partido Socialista

5.1: Em virtude da alienação do património da Freguesia implicar perda de recursos e dos meios potenciadores de gerar riqueza, vem o grupo do Partido Socialista, submeter à apreciação e votação desta Assembleia uma resolução que determine que o capital gerado pela venda dos lotes desta propriedade a alienar, seja destinado a algo (por exemplo uma obra), de utilidade e beneficiação para toda a Freguesia de Cortegaça. Tendo obrigatoriamente de ser aprovada em Assembleia de Freguesia.

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Cipriano Oliveira Gomes – 1º Secretário, António Alves de Sousa, 2º Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, Cecília Maria Sá de Oliveira Reis, Jorge Miguel Silva, Sílvia Oliveira e Tânia Pedrosa (pela Bancada do Partido Social Democrata), Américo Dias e Miguel Coelho (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, António Agostinho Gomes Oliveira - Secretário e Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro - Tesoureiro, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

Foi dada nota da ausência de Maria da Conceição Grade Alves, sendo a mesma substituída por Tânia Pedrosa.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.



- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia.

Inscreveu-se António Torres, que usando da palavra questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da veracidade da pretensão em vender um terreno para construir um lar de luxo para a terceira idade, questionando a sua localização.

Interrogou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da localização e área para venda de lotes para construção urbana bem como dos custos das infraestruturas para o efeito.

Prosseguiu perguntando como conseguiu a Junta de Freguesia obter financiamento para custear o projeto.

Questionou acerca do custo do aterro para nivelar pelas ruas norte e sul do terreno a nascente do Hotel em construção.

Interrogou o motivo do Senhor Presidente da Junta de Freguesia não ter convidado os Cortegacenses Acácio Coelho, Orlando Sá ou Manuel Leandro como testemunhas para publicar usucapião do terreno a favor da Junta de Freguesia.

Perguntou, ainda, o motivo do executivo não publicitar iniciativas para a freguesia no Jornal O Povo de Cortegaça, fazendo-o em jornais nacionais e distritais.

Terminou a sua intervenção sugerindo que deveria ser publicado no referido jornal local, até ao fim deste mandato, o património da freguesia que foi vendido e que pretendem vender.

De seguida, usou da palavra Orlando Sá.

Justificou a sua intervenção, atenta a sua interpretação de uma entrevista dada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia ao jornal N de 5 de Abril como uma falta de respeito para consigo, que o apoiou como candidato a Presidente da Junta de Freguesia, não obstante não ter sido a 1ª escolha.



Prosseguiu abordando o tema do abate da área da zona florestal, afirmando desconhecer que a JFC era proprietária de 76 hectares de área.

Entende que a entrevista dada pelo Senhor Presidente da JFC é um autoelogio pessoal.

Referiu que, efetivamente, o Senhor Presidente da JFC tinha uma estratégia bem pensada pois sabia que Sérgio Morais não ia continuar como presidente da JFC.

Entende que Sérgio Vicente demonstrou uma desconsideração por quem o ajudou a chegar a desempenhar o cargo que se encontra a exercer, omitindo a identificação de pessoas na sua entrevista ao mencionado jornal, nomeadamente de si próprio, Orlando Sá.

Mencionou factos de quando o Senhor Presidente era tesoureiro, nomeadamente a aquisição de uma viatura, um Fiat, a favor da JFC, cuja fatura parece não existir.

Abordou o assunto de um arranjo de ferramentas da propriedade da JFC que, atenta a sua falta de pagamento, o proprietário da garagem terá vendido as mesmas à Junta de Freguesia de Maceda.

Mencionou o facto de ter sido convidado para Presidente da Assembleia de Freguesia, no entanto a JFC tinha um passivo de 275.000,00€, o que inviabilizaria a aceitação do seu convite, sendo que, atenta a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ovar, a questão resolveu-se. Foi vendida a junta e foi recuperado o montante de 25.000,00€ ao Amadeu (restaurante D'Aurora).

Orlando Sá referiu que foi ele próprio que sempre influenciou a Câmara Municipal de Ovar para a concretização de todas as obras realizadas bem como contribuiu com muito dinheiro para a freguesia.

Referiu que a JFC não gastou “um tostão” nas obras do Posto Médico de Cortegaça nem nunca prestou nenhuma ajuda à Crecor.

Questionou, afirmando saber-se quem adiantou o valor para a aquisição da Junta de Freguesia ao sindicato.

Afirmou ter oferecido a corda para os cortinados da JFC. No entanto, foram necessárias umas ferragens, que foi ele próprio Orlando Sá pagá-las.



Referiu que a JFC não teve qualquer intervenção nas obras em frente ao mar nem no Bairro da SAAL.

No que respeita à sede dos Escuteiros, também nesta obra a JFC não teve intervenção. Tal deve-se à Dra. Susana, ao próprio Orlando Sá e à CMOvar.

Quanto ao abate de árvores nos terrenos da JFC, mencionou desconhecer que esses mesmos terrenos eram propriedade da JFC.

Prosseguiu qualificando o usucapião dos terrenos em questão como uma “habilidade” atenta a revisão do PDM, afirmando que o povo de Cortegaça não terá acesso a adquirir os mencionados terrenos atento seu alto valor.

Alegou ainda que o usucapião terá sido registado com testemunhas falsas e que algumas não conhecem Cortegaça.

Assumi que o valor da venda dos lotes de terreno deve ser atribuídos a obras para a freguesia e terá de ser utilizado a partir de uma conta bancária controlada pela Assembleia de Freguesia pois caso contrário o valor “vai desaparecer”.

Afirmou que no mandato anterior todas as obras que se fizeram não se devem nada ao Presidente da JFC mas a outro Cortegacense.

Continuando afirmando que também neste mandato o Presidente da JFC também não fez “absolutamente nada”.

Alegou que o Sr. Presidente da JFC ameaçou demitir-se, outrora. Agora, questiona-o porque não o fez, uma vez que o “tacho” é fraco.

Questionou, tendo o Presidente da JFC tantos objetivos e projetos, o motivo do Presidente estar numa junta há 20 anos.

Terminou proferindo que “eu, eu a ganhar 1.400,00 € não podia ostentar a vida que estou a ostentar”.

Findas as intervenções do público, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.



Começou por cumprimentar os presentes, prosseguindo, afirmando tratar-se de um direito da população vir à assembleia manifestar a sua opinião e tratar-se de um dever democrático aceitar, ouvir e registar.

No que respeita à intervenção de António Torres, afirmou haver uma certa confusão quanto às questões que colocou.

Quanto à questão do lar de luxo, disse não ser verdade.

Relativamente ao loteamento, informou ter sido aprovado na Assembleia um estudo que corre, ainda, termos na CMOvar.

Não existe nenhuma venda, sendo que a existir terá de passar pela Assembleia, pois trata-se de uma das suas competências.

Não percebeu a questão quanto ao usucapião pois nunca mandou publicar usucapião nenhum.

Quanto à promoção de iniciativas em jornais, afirmou não promover iniciativas em nenhuns jornais. Quando existem iniciativas na freguesia, os jornalistas procuram e publicam, não sendo o executivo.

Continuou afirmando que a JFC ainda nada vendeu, sendo que tudo sempre passou pela Assembleia de Freguesia, não tendo sido vendido, inclusive o terreno do futuro hotel.

Esclareceu que, quanto ao nivelamento do terreno, a CMOvar solicitou à JFC, atenta a intenção de modelação do terreno, que as areias que saíram da bacia de retenção de águas da avenida Infante Henriques pudessem ser depositadas nesse terreno, ao que a JFC acedeu, não tendo tido qualquer custo para a JFC.

No que respeita à intervenção de Orlando Sá.

Disse que consegue compreender a sua indignação, afirmando não ter sido intenção do Sr. Presidente da JFC diminuir quem quer que fosse na sua posição enquanto Cortegacense e muitos beneméritos que existem nesta freguesia, que tem de facto um papel fundamental na vida da comunidade.



Assumi que a JFC sempre assumiu o mérito de todas essas pessoas que contribuem.

Deixou claro que foi este executivo que propôs a esta assembleia o maior reconhecimento possível, que foi a atribuição da medalha de ouro ao cidadão Orlando Sá pelo mérito e pela sua Capacidade de ajudar e beneficiar esta freguesia.

Disse, assim, não compreender a posição de Orlando Sá ao achar que desvalorizam o que ele terá feito.

Concluiu que, quanto ao resto, pelo respeito que lhe merece e pelo facto de ter sido presidente da Assembleia por 5 vezes, a Assembleia é soberana e que todas as decisões passam pela Assembleia de Freguesia.

- **Ponto dois: Período de Antes da Ordem do Dia:**

Iniciado este ponto, o primeiro assunto em tratamento foi a ata da sessão ordinária por deliberar, datada de 28 de Dezembro de 2020.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez que a referida ata havia sido remetida, previamente, por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia de Freguesia, dispensou a leitura da mesma, passando-se, de imediato à votação da sobredita.

Uma vez que Sílvia Oliveira não esteve presente na última sessão, foi informada de que não poderia votar.

Colocada à votação a ata da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 28 de Dezembro de 2020, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram abertas as inscrições para os membros da assembleia de freguesia que pretendessem intervir.

Inscreveu-se Miguel Coelho que, após lhe ser concedida a palavra, e os habituais cumprimentos disse:



“Tendo eu assistido às ditas comemorações do 25 de Abril na nossa freguesia e digo ditas, porque a meu ver não passaram de mera campanha política a pensar nas próximas autárquicas, não posso deixar de dizer umas palavras sobre as mesmas e sobre uma data tão importante para o nosso país, em que celebramos os valores de Abril, da democracia, liberdade e fraternidade.

Antes de mais, quero parabenizar o Rui Pinto e todos os Cortegacenses que participaram no projeto do orçamento participativo do Centro de Trail Running e BTT de Ovar e que finalmente viram chegar o dia da sua inauguração. Estando esta obra ainda inacabada esperamos que o seja com a maior celeridade possível.

Quero também congratular todos os moradores do bairro do SAAL por verem concretizado o seu objetivo de terem o direito a habitações condignas, o que na verdade vem beneficiar não só os moradores, mas também a nossa praia e por isso mesmo, Cortegaça e os Cortegacenses. Tendo sido uma luta em que me envolvi pessoalmente só posso estar satisfeito com este dia.

Pela negativa, para além de considerar que as comemorações do 25 de Abril, pela sua importância histórica e pelos valores que representam, não deveriam servir para campanhas político-partidárias eleitoralistas, não posso deixar de comentar o discurso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça que, confesso, me deixou estupefacto.

Nunca imaginei que algum dia viria a assistir a algo assim, neste meu país que é Portugal e pior ainda, nesta minha freguesia que é Cortegaça e isto, no dia em que se celebra o 25 de Abril e portanto, princípios fundamentais da nossa democracia como a liberdade de opinião e expressão, que estão entre as principais conquistas da revolução de Abril.

Como é possível, em plena democracia, que um presidente eleito num órgão autárquico comece um discurso de 25 de Abril a falar de liberdade e rapidamente deslize para uma história sobre um jogo dos nossos antepassados, o pôr a pedra, utilizando esta para atacar todos aqueles que segundo ele, por trás de um computador, nas redes sociais e provavelmente acha o mesmo sobre os órgãos de comunicação social, "atiram pedras" criticando e discordando das suas opções e que na verdade, apenas estão a exercer o seu direito de liberdade de opinião e expressão, dando a cara em defesa das suas convicções.



A conclusão que eu tiro é que o presidente da JFC não parece compreender, ou pelo menos aceitar, o que significou a revolução de Abril e os seus ideais de liberdade, mais concretamente da liberdade de opinião e de expressão.

Em democracia, as pessoas devem poder manifestar as suas opiniões sob as formas e canais que lhes forem mais convenientes, sem que isso tenha de merecer o repúdio ou a censura dos autarcas ou dos nossos governantes. Se eles próprios têm hoje nas redes sociais um dos seus principais canais de comunicação com os cidadãos, porque é que não aceitam o inverso?

Quem não tem complexos em relação à qualidade do seu desempenho, também não terá certamente problemas com as opiniões e as críticas dos munícipes e fregueses. Sempre houve e sempre haverá oposição, não apenas política e partidária, mas também cívica. Faz parte das regras do jogo democrático e as comemorações do 25 de Abril servem precisamente para recordar e celebrar essa conquista obtida com tanto sacrifício e não, para de alguma forma censurar, um pouco à semelhança do antigo regime, todos aqueles que exprimem livremente as suas opiniões. Esses devem ser sim, reconhecidos e até elogiados pela sua capacidade, disponibilidade e coragem de intervenção cívica e claro, pelo interesse que demonstram sobre que se passa na nossa terra, independentemente de as suas opiniões serem ou não concordantes com as nossas. Porque isso é democracia em funcionamento e na verdade, uma das suas grandes forças.

E já agora pergunto, quem atirou pedras a quem? Não sei a quem o Sr. presidente se referia, a mim não seria com certeza, pois como todos sabem eu dou sempre a cara na defesa das minhas opiniões e convicções e claro, por aquilo que entendo serem os superiores interesses da minha terra. Uma coisa sei, o Sr. presidente aproveitou estas celebrações para atirar pedras a uns e a outros que por esta ou aquela razão não concordam com as suas opções ou postura.

Conclusão:

Um discurso muito pobre e que em nada dignifica o 25 de Abril, os seus valores e a nossa democracia.

No fundo, este discurso mais não foi que um insulto ao 25 de Abril, aos seus valores de liberdade, aos capitães de Abril e a todos os que lutaram e contribuíram para o fim da ditadura e instauração de uma democracia.



Censura nunca mais.

Viva o 25 de Abril, Viva a Democracia, Viva a Liberdade, Viva Cortegaça”.

Prosseguiu:

“Quero aqui também tecer algumas considerações sobre algumas declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça ao Jornal N num artigo publicado no dia 05 de Abril de 2021 que considero no mínimo estranhas.

Neste artigo o Sr. Presidente refere-se a várias obras e investimentos na freguesia como sendo intervenções e investimentos da Junta, pelo menos, assim fica subentendido para quem não conhecer a realidade. Ora, a verdade é que quando se refere a obras do seu primeiro mandato como a requalificação dos acessos à escola primária e ao centro de saúde, à construção do parque infantil, do centro cívico ou já no seu segundo mandato quando se refere a obras, aqui referindo que foram feitas com a colaboração da câmara, como a requalificação do bairro do SAAL ou da zona da Igreja e claro aos investimentos feitos na rede de saneamento, entre outras, não está em nenhum destes casos a referir-se a obras da Junta mas sim da CMO e no caso do saneamento a obras da ADRA. Por isso, quando muito poderia afirmar que estas obras foram realizadas pela CMO e no caso do saneamento pela ADRA, com a colaboração da Junta, nunca o contrário. Acresce que várias destas obras, como o Centro Cívico ou a Av. Padre Manuel Dias da Silva apenas foram possíveis com a colaboração de alguns Cortegacenses empenhados e que muito contribuíram para as mesmas, caso contrário nunca teriam sido realizadas e por isso mesmo o mérito deve ser atribuído a quem o merece. Aliás, constato que hoje temos aqui um desses Cortegacenses, o Sr. Orlando Sá, que sempre demonstrou o seu amor pela nossa terra defendendo e apoiando os interesses da mesma e por isso mesmo, aproveito a oportunidade para lhe deixar aqui o meu reconhecimento público.

Quanto às obras em si, para além de repor a verdade quanto à autoria das mesmas quero ainda referir que apesar destas obras não serem da responsabilidade da JFC, a Junta deve sim acompanhar a execução das mesmas para assim melhor defender os interesses de Cortegaça e o facto, é que em muitos destes casos a atuação da Junta tem sido muito sofrível já que apesar de muitas destas obras serem recentes apresentarem vários problemas como paralelos fora do sítio, mecos inclinados, abatimentos das estradas e pisos ondulados mais fazendo lembrar as ondas no mar do norte em pleno inverno. E aqui é que seria importante a intervenção do executivo, pois tendo estas obras garantia a



Junta deve pressionar os responsáveis, sejam eles a CMO ou os empreiteiros, para procederem às retificações que forem necessárias, zelando assim pelos interesses da nossa freguesia e pela forma como o nosso dinheiro é gasto.

Nesta entrevista o Senhor Presidente da JFC também mencionou a aposta do executivo na comunicação, mas eu pergunto, para além da criação de um novo logotipo para Cortegaça, o que foi feito? O Site da Junta é muito básico e pouca informação ou serviços disponibiliza aos fregueses, fora isso não tenho conhecimento de mais nada de relevante e impactante onde se tenha refletido esta aposta. Aliás, a meu ver, o aspeto da comunicação é um bom exemplo da ineficiência deste executivo pois sem dúvida que nesse campo há muito a fazer e melhorar seguindo o exemplo de tantas outras juntas deste país.

Devo também dizer que não partilho da sua opinião, como por esta altura penso ser do conhecimento de todos, quando afirma nesta entrevista que e passo a citar “A Câmara Municipal foi excepcional no combate à pandemia” principalmente tendo em consideração que se refere à primeira vaga e a correspondente cerca sanitária imposta ao nosso Concelho. Sinceramente, acho extraordinário que por esta altura e depois de tudo o que aprendemos com esta pandemia que ainda haja alguém a elogiar esta atuação, pois se há algo que aprendemos é que as cercas sanitárias não são a melhor solução e apenas devem ser impostas em casos extremos e de forma o mais localizada possível, até porque, uma cerca sanitária só se justifica para a proteção da população que vive fora da cerca, nunca para proteção de quem está no seu interior, o que muitos parecem não ter compreendido na altura e possivelmente depois de todo o circo mediático a que foram sujeitos, ainda não compreenderam e também aqui a responsabilidade é do executivo da CMO e de todos os que, como o Sr. Presidente, alinharam no discurso populista e de mero aproveitamento político a que assistimos ao longo dos meses. Eu próprio aceitei a cerca sanitária inicialmente, quer pela novidade da situação, a falta de informação e porque optei por confiar nas autoridades que estavam em melhor posição para avaliar a situação. Só que a partir do momento, poucos dias depois da imposição da Cerca, em que se decretou o estado de emergência nacional com medidas de contenção social em tudo semelhantes às do estado de calamidade de Ovar mas sem cercas, comecei a duvidar da sua necessidade e se não estaria a prejudicar desnecessariamente os municípios e empresas do nosso Concelho. E claro, com o evoluir da situação, com mais informação e sendo óbvio que o vírus não estava circunscrito ao Concelho de Ovar correndo livremente no resto do país, fui terminantemente contra a renovação da cerca



sanitária e na altura disse isso mesmo publicamente, tendo aliás sido muito atacado por isso mesmo. Mas o facto, é que chegados a este ponto e como a evolução da pandemia bem nos demonstrou, incluindo a recente redução dos números da terceira vaga apesar de terem sido muito superiores aos da primeira vaga, inclusivamente no nosso Concelho, é que ficou provado que a Cerca Sanitária foi um erro e um erro que o Executivo Camarário sempre defendeu, um erro que queria replicar no resto do país e pior, um erro que queria repetir com a 2ª renovação da Cerca e ao qual felizmente dessa vez o poder central não deu ouvidos. Tendo em consideração outros aspetos como por exemplo o hospital de campanha, chamado de Anjo de Ovar, em que a CMO gastou cerca de 1,5 Milhões de Euros sem ter garantido previamente que seria ressarcida pelo estado central e que se veio a demonstrar um fiasco, pois a verdade é que se gastaram 1,5 Milhões de Euros e no final esse hospital apenas albergou 5 pacientes Covid, e repito 5 pacientes, ou o circo mediático em que a gestão da pandemia pelo executivo da CMO se tornou, trazendo porventura ganhos políticos e muita publicidade a alguns mas prejudicando e muito os nossos munícipes e empresas, não Sr. Presidente da Junta, não concordo mesmo nada consigo quanto à avaliação que faz sobre a forma como a CMO geriu a pandemia durante a primeira vaga, na verdade considero que foi uma gestão desastrosa, não só pelas razões que aqui apresentei mas por muitas outras, incluindo as parcas medidas de apoio à população, micro e pequenas empresas e à economia em geral. Enfim, haveria muito mais a dizer sobre este assunto e a forma vergonhosa como foi gerido, mas não sendo da responsabilidade direta do executivo da JFC, não me alongarei mais.

Quanto à sua afirmação e cito “Na fase inicial da pandemia, passei muito tempo na rua a sensibilizar as pessoas para ficarem em casa”, a sério, Senhor presidente? Disse mesmo isto? Desculpe que lhe diga mas na rua andei eu, visto que estive envolvido no projeto “Sopa Quente, Nós Levamos” o que implicou que todos os dias ia fazer a distribuição de refeições a todos aqueles que se viram em dificuldades pela imposição da Cerca Sanitária, assim como para recolher os produtos para a sua confecção, donativos, contactos com todos os voluntários e claro, a organização de tudo isto. Para além disso, também me voluntariei junto da CMO para o apoio aos mais idosos, pessoas de mobilidade reduzida e todos aqueles que estando em casa precisavam de apoio nomeadamente para fazer as compras nos supermercados, levantar receitas no posto médico, idas à farmácia, etc. E uma coisa sei, é que nunca o vi na rua e muito pelo contrário, por diversas vezes as pessoas me perguntaram onde andava o Presidente da Junta que ninguém o via em lado nenhum. Acresce, que depois de ler estas



declarações perguntei a muitas pessoas da nossa freguesia se sabiam de alguma coisa sobre isto, se alguma vez tinham sido contactados por si e de alguma forma informadas ou sensibilizadas quanto às medidas ou comportamentos a adotar e até ao momento, ainda não recebi nenhuma resposta afirmativa. Por isso, Sr. Presidente, pergunto, será que realmente andou na rua, e se sim, foi mesmo nas ruas de Cortegaça? Não me parece.

Também devo aqui referir que me foi dito por alguns elementos do gabinete de crise, que o Sr. Presidente não compareceu às primeiras reuniões, o que em nada abona em seu favor relativamente a estas declarações sobre a sua presença e disponibilidade para enfrentar esta luta na primeira linha, como aliás, seria a sua obrigação.

É nas alturas de crise que se vêem quem são os grandes líderes e esses, aparecem na primeira linha do combate ao lado daqueles que lideram, dando a cara e o peito às balas. Não são umas declarações bonitas numa entrevista, tenham sido elas feitas presencialmente ou por detrás de um computador, que mudam os factos ou a realidade.

Para finalizar este ponto não posso deixar de comentar aquele que considerou um marco do seu mandato, porque confesso, quando li, dei uma gargalhada de incredulidade. Realmente não é caso para menos, quando li a sua afirmação de que a construção de um hotel em Cortegaça era um marco deste seu mandato nem queria acreditar. Vamos lá ver, realmente está a ser construído um hotel em Cortegaça e ainda bem por todas as mais-valias que pode representar para a nossa freguesia, mas estamos a falar de um investimento privado em terrenos privados que nada depende do seu executivo. Aliás, muito pelo contrário, se há alguma avaliação a fazer ao desempenho do executivo em todo este processo, é que foi simplesmente desastrosa, Vamos lá ver, a determinada altura o executivo apresentou a esta assembleia a intenção de vender um terreno da junta para construção de um hotel com cerca de 18.750m², situado na Av. Da Praia, por cerca de 80.000 Euros, terreno este, avaliado em cerca de 160.000 Euros, tendo assim a intenção de o vender ao desbarato e delapidando desta forma o património da freguesia. Foi o grupo do Partido Socialista que se opôs, desde o primeiro momento, à forma e aos valores deste negócio, embora vendo sempre com bons olhos a construção de um hotel na nossa freguesia. A bancada do PSD desta assembleia não só aprovou o negócio como o fez com rasgados elogios, é bom não esquecer. Depois de muito trabalho dentro e fora desta assembleia, o grupo do Partido Socialista lá conseguiu que, pelo menos, fosse dado conhecimento público da intenção



da Junta em vender este terreno para construção de uma unidade hoteleira e claro, deu o seu contributo na divulgação e procura de potenciais interessados defendendo assim o melhor possível os interesses da nossa freguesia. Os membros do Partido Socialista assim o defenderam e assim aconteceu, foi apresentada uma proposta para compra deste terreno no valor de 162.000 Euros e portanto, por mais do dobro da proposta inicial, também para construção de uma unidade hoteleira. Só que, utilizando as próprias palavras do Sr. Presidente da Junta, o executivo cometeu um erro grosseiro ao colocar no edital da Junta um número do artigo errado, o que veio a impossibilitar que se fizesse a escritura. Resultado, não só o negócio não se realizou até ao momento, como a empresa Rednix, a tal que neste momento está a construir um hotel em Cortegaça, colocou a Junta em tribunal contestando todo o procedimento. E por isso Sr. Presidente, não compreendo que de alguma forma se vanglorie quanto à construção de um hotel em Cortegaça pois se há algo que lhe pode ser atribuído em todo este processo é o facto de neste momento não estarmos a assistir à construção não de uma, mas de duas unidades hoteleiras e com certeza que a sua atuação em todo este processo foi tudo menos motivo para regozijos e por isso mesmo aproveite a oportunidade para lhe perguntar, em que situação está o negócio da venda deste terreno da junta para construção de uma unidade hoteleira, assim como o processo em tribunal?

Em jeito de conclusão quero aqui lembrar umas palavras ditas há mais de 2000 anos, é certo que numa sociedade diferente e regida por normas e valores diferentes, de Caio Júlio Cesar numa altura de intensa luta política em que os seus adversários lançaram o boato de que a sua esposa o andava a trair. Sabendo ele que era mentira tomou mesmo assim a decisão de pôr fim ao seu casamento, alegando que “À mulher de César não basta ser, é preciso parecer” e eu a si, Sr. Presidente, digo-lhe que “Não basta querer parecer, é preciso ser” pois na política, como na vida, não pode valer tudo e a verdade deve estar sempre acima de tudo.”

De seguida, após inscrição, usou da palavra Américo Dias que, após os habituais cumprimentos, disse:

“-1.º Assunto - Rotunda de acesso à ponte sobre o caminho de ferro:



Embora sendo uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal, é expectável que a Junta de Freguesia esteja atenta e tome uma posição contestatória, se uma determinada obra não corresponde aos interesses dos seus utilizadores e à expectativa dos seus fregueses. Infelizmente, esta rotunda, na minha opinião, não traz nenhum benefício para a circulação automóvel, pelo contrário... Enquanto utilizador deste acesso, sou de opinião que a rotunda deveria ter outro enquadramento, permitindo a convergência das quatro vias, sendo apenas necessário para isso um novo posicionamento. Não basta ser uma obra bonita, que utiliza materiais mais nobres, e por isso também mais caros, não é só a chamada obra de “fachada” que conta... muito mais importante que tudo isso, é a sua eficácia e funcionalidade...e neste campo piorou e muito: não cumpre o propósito de melhorar e facilitar os acessos diminuindo o perigo de acidentes, não permite a circulação de camiões pesados, sem que estes para que não galguem a rotunda se vejam obrigados a contorná-la pela esquerda ...

Logo no início da sua construção, apercebendo-me, (na minha opinião), do enorme erro que ali ia ser feito, tentei ligar com o Sr. Presidente da Junta, sem ter conseguido...liguei então ao Sr. Secretário, o Sr. António Agostinho, que me atendeu... perguntei-lhe se a Junta tinha sido ouvida ou consultada para o traçado ou local de implantação da rotunda, ao que me respondeu que aquela era uma obra da câmara e não tinham que ser consultados... No entanto, registei que no resumo da atividade da Junta é referido que a Junta fez acompanhamento às obras da rotunda...

Na conversa que tive com o Sr. António Agostinho, manifestei-lhe a minha opinião dizendo-lhe que, da forma como a rotunda estava a ser feita, até um camião mais pequeno teria dificuldades para a contornar, sugeri-lhe que, como o empreiteiro responsável pela obra tem camiões de maiores dimensões, que fizesse a experiência..., tendo-me respondido que os trabalhos estavam parados devido ao fim de semana da Páscoa, mas que entretanto iriam analisar e apresentar a situação...

Retomados os trabalhos após a Páscoa, apercebi-me que foi feita uma pequena alteração, quer na dimensão da rotunda, como no seu posicionamento, no entanto, manifestamente insuficiente para reparar ou eliminar o erro já cometido e a sua manifesta ineficácia.

Esta rotunda, na minha opinião, tem precisamente o efeito contrário àquele que se pretende duma rotunda, que é permitir um melhor ordenamento do trânsito, diminuindo ou suprimindo as situações potenciadoras de acidentes. Com esta rotunda criaram-se mesmo novos focos geradores de acidentes, nomeadamente no acesso às garagens, às propriedades particulares, sendo que o trânsito



pesado não consegue contornar a rotunda, vendo-se obrigado a circular pela esquerda, caso contrário terá de lhe passar por cima... Por sua vez, o entroncamento da rua Padre Joaquim Pereira Resende, com a rua da Gândara, aumentou exponencialmente o perigo de acidentes, precisamente por causa do desenquadramento desta rotunda, que não serve estas duas artérias induzindo em erro os condutores que não conhecem o local...

É uma pena que tendo a Refer expropriado e pago estes terrenos aos seus ex-proprietários, propositadamente para a construção da ponte, incluindo esta rotunda, se tenha utilizado um dos terrenos que deveria ter servido para uma grande parte da sua implantação, unicamente para estaleiro dos materiais... Como não critico, só por criticar, essa folha que vos entreguei, faz suporte a esta minha exposição; sendo uma página, do mapa da Refer com o traçado dos acessos à ponte, identificando todos os terrenos que foram expropriados para a construção, tanto da ponte, como dos acessos, incluindo-se a rotunda. E no verso da folha, na outra página, uma fotografia aérea, onde apresento de forma esquemática, que era possível utilizando um dos terrenos que foi expropriado, construir a rotunda com uma utilidade plena a todos os acessos, numa reorganização do trânsito completamente diferente e funcional, diminuindo grandemente o risco de acidentes, sem que a adoção dessa localização, ou alteração à obra, implicasse um custo acrescido para a sua construção.

Perante a constatação destes factos, pergunto ao Sr. Presidente da Junta:

O executivo acha que esta rotunda está bem construída, é eficaz e cumpre o propósito para o qual foi construída?

Se acha que tem erros e que a sua localização e traçado deveria ser revisto, pretende fazer alguma pressão ou recomendação, para que esse erro seja corrigido?

Caso ache que está tudo bem, há um facto que as evidências não poderão contrariar, que é o problema de os camiões e autocarros de maiores dimensões, não conseguirem contornar a rotunda sem lhe passarem por cima. O que pretende a Junta de Freguesia fazer com relação a isto?

Uma vez que o terreno que apenas serviu de estaleiro para o empreiteiro depositar materiais, não teve a utilização que lhe estava destinada, está previsto para este espaço alguma utilização ou projeto a implementar?



Agradeço que fique anexada à minha intervenção a folha, com as duas páginas impressas, oportunamente distribuídas, uma com a planta da Refer e a outra com a imagem esquemática da minha proposta de solução para implantação da rotunda.

2.º Assunto – Processos do Parque de Campismo:

Uma vez mais venho perguntar ao Sr. Presidente da Junta, se finalmente já existe um desfecho definitivo para estes processos e quais as resoluções finais, se é que já existem?

Relativamente ao projeto de realocização do Parque de Campismo, há alguma informação ou desenvolvimento que queira transmitir ou informar a esta Assembleia?

3.º Assunto – Terreno junto ao Hotel em construção, propriedade da Junta de Freguesia:

Verificamos e constatamos o corte das árvores e nos últimos dias foi feita uma grande movimentação de areias, fazendo-se uma terraplanagem a este terreno. Pode o Sr. Presidente da Junta, fazer o favor de informar esta Assembleia de Freguesia, qual é o propósito, fundamento ou intenção desta movimentação de areias e terraplanagem?

Os custos inerentes a esta intervenção, se é que há custos, têm na sua utilização um propósito que o justifique no imediato?

4.º Assunto - Processo do concurso da venda do terreno, cuja entidade vencedora foi a empresa Dolphinconcept, Lda. Qual é o ponto da situação relativamente a este processo? Há mais algum desenvolvimento, ou facto novo que queira fazer o favor de comunicar a esta Assembleia?

Quais as perspetivas e expectativas, para o desfecho deste assunto?

5.º Assunto – As obras do cemitério velho, estão paradas há várias semanas, há alguma explicação para esta paragem? Surgiu algum problema que esteja a entrar o desenvolvimento das obras?”

De seguida, usando da palavra, Jorge Miguel Silva, após os habituais cumprimentos, começou por dizer que, no seguimento dos comentários à entrevista ao Jornal N, se o Sr. Presidente da JFC foi a 1ª, 2ª ou 3ª escolha isso pouco importa. Importa, pois, é que os Cortegacenses estão satisfeitos. Mais,



acrescentou que se o Sr. Presidente foi a 2ª escolha e se a 1ª foi a eleições, os Cortegacenses foram bem claros!

Relativamente a algumas questões levantadas acerca do 25 de Abril, afirmou que na sequência de uma intervenção na mesma Assembleia acerca dessa temática, retira-se que a liberdade de expressão só se aplicam a quando ouvimos algo que concordamos ou gostamos.

Quando não é assim, parece uma catástrofe ou um atentado a tudo o que foi conquistado em Abril, lamentando, atendendo ao envolvimento do PS nesta temática, estar tão mal representado.

Abordou, com satisfação o assunto da conclusão das obras do Bairro do SAAL, compromisso assumido, inicialmente, em 2017 e concluído antes do fim do mandato, com uma pandemia pelo meio.

Deu nota da obra do Centro BTT, obra que se insere no Orçamento Participativo, sendo mais uma valência do centro lúdico-desportivo do Buçaquinho.

Abordou as obras da rotunda da ponte bem como do cemitério. Congratulou-se pelo facto das obras estarem a avançar e, conseqüentemente, por estar a ser honrada a palavra dada aos Cortegacenses, estando-se assim, no bom caminho.

Quanto ao que diz respeito acerca da comunicação, nomeadamente que o site e seu conteúdo é muito básico, podendo-se seguir o exemplo de outras tantas juntas pelo país fora, solicitou que exemplificasse de quais juntas se estariam a referir que fizessem melhor trabalho.

Relativamente ao assunto da venda do terreno para construção do Hotel, efetivamente aprovou-se e de consciência tranquila, com o sentimento de que era uma decisão positiva para Cortegaça, a nível social, económico e turístico.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Sérgio Vicente que começou por realçar a diferença de postura entre os membros do PS.

Prosseguiu afirmando que, e conforme foi referido pelo membro Miguel Coelho que se está a 6 meses de eleições, sendo a mencionada assembleia o espelho de se estar tão próximos do ato eleitoral bem como a divulgação futura das listas à Assembleia de Cortegaça justificará o que se passou nesta assembleia.



Quanto ao discurso do 25 de abril, dirigiu-se ao membro Miguel Coelho mencionando que segundo este último, a liberdade de expressão só é válida quando é de acordo com o que o senhor entende que deve ser dito.

Continuou dizendo que, não obstante o mencionado Miguel Coelho ter afirmado não ter enfiado a carapuça quanto ao teor do discurso do Sr. Presidente da JFC, certo é que se revelou, posteriormente, na sua exposição.

Afirmou, o Sr. Presidente da JFC ter criticado, no seu discurso do 25 de abril, a ignorância, a mentira e a calúnia. Não a liberdade de expressão nem de opinião. Sendo que a ignorância, a mentira e a calúnia têm sido por demais evidentes, quer em publicações locais bem como nas redes sociais.

Quanto à questão colocada acerca da rotunda, por Américo Dias, assumiu que é a opinião do membro e que sendo apenas a sua opinião, não se poderá sobrepor à competência técnica de quem projetou e executou a obra.

Assumiu que a JFC está satisfeita com o projeto concretizado, reconhecendo eficácia e operacionalidade à obra.

Mais acrescentou desconhecer de onde retirou toda a dimensão de espaço que alega uma vez que se desconhece tais dimensões.

Informou não ter existido qualquer alteração ao projeto inicial da rotunda, tendo sido feitos testes com camiões, que passaram no local sem qualquer problema, ressalvando que a rotunda é galgável.

Disse ainda, em jeito de pensamento, ser curioso, atendendo às críticas que foram feitas a um executivo de nada fazer, virem criticar as obras executadas e em curso.

Informou que o processo do parque de campismo está suspenso, por força da pandemia, estando-se a aguardar que o juiz retome o processo.

Quanto à deslocalização do parque de campismo, informou que a candidatura ao POSEUR foi aprovada e serão encetadas as diligências para se avançar.

Ressalvou o estudo prévio feito pela JFC em conjunto com a junta de freguesia de Esmoriz, que consubstanciou esta aprovação.



Quanto ao terreno junto às entidades hoteleiras, informou ser da intenção da JFC criar um espaço verde, com a plantação de, entre 100 a 150 pinheiros mansos, dependendo das regras de distanciamento, com um parque infantil e bancos para repousar.

Quanto ao processo da venda do terreno, apelou para que nos artigos habituais do jornal de Cortegaça não se esquecesse de mencionar que a decisão foi favorável à JFC, tendo a Dolphinconcept proposto a sua concretização para breve.

Obras do cemitério velho: assumiu estarem paradas, pois trata-se de um equipamento classificada e de interesse público e que, portanto, está sob a alçada da direção regional da Cultura. Assim, tendo sido descobertos uns ossos, as obras suspenderam, prosseguindo após classificação de um antropólogo desses mesmos achados.

Relativamente à intervenção de Jorge Miguel Silva, o Sr. Presidente realçou a obra do Bairro do SAAL bem como da colaboração do executivo nesta concretização.

Reafirmou ter sido feita justiça.

Quanto ao Centro BTT, ressaltou a sinergia entre a JFC, a CMOvar e as associações.

Salientou que a maior obra dos seus mandatos é o sucesso das associações e coletividades porque isso permite perceber e constatar da dinâmica da freguesia.

- **Ponto 3 – POD**

- **3.1 Atividades da Junta de Freguesia**

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, após convite da Senhora Presidente da Assembleia para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos qualificou o documento como claro, tendo, inclusive, já terem sido abordadas diversas atividades, não fazendo sentido voltar a repetir-se.



Convidados os membros a inscreverem-se para participar neste ponto, inscreveu-se apenas Américo Dias.

Abordou os seguintes assuntos:

- Reunião com o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ovar e com o Sr. Vice-Presidente da CMO, análise e discussão das Grandes opções de plano da CMO para a freguesia de Cortegaça no ano de 2021, ao que lhe foi respondido pelo Sr. Presidente da JFC que tal reunião foi no sentido de obter o ponto de situação quanto aos projetos e obras programadas para a freguesia de Cortegaça, entre as quais, está a Casa Mortuária e o Centro Escutista do Buçaquinho, que se prevê lançar a 1ª pedra em 25 de julho, dia do município.

- Reunião com Isaura Oliveira (EPROFCOR). O senhor Presidente da JFC respondeu que foi no sentido de apresentar o projeto Robovet e convidar para assistir à sua apresentação bem como aferir da disponibilidade da JFC ser uma parceira.

- Participação na conferência final do projeto ROBOVET;

- Reunião sobre o centro de alto rendimento de voleibol na JFC. Informou o Senhor Presidente da JFC que foi uma reunião com a participação da JFC bem como da CMOvar, no sentido de perceber qual o interesse, quer da freguesia, quer da CMOvar, neste projeto que pretendem englobar as escolas do concelho, com vista a que os mais novos tenham contacto com esta modalidade.

- Reunião da rede social – conselho local de ação social do município de ovar. Informou que nesta não foi tratado nenhum assunto direto com Cortegaça.

- Reunião com a divisão de obras da CMO, com vista à análise e conclusão do processo da casa mortuária de Cortegaça. Informou o senhor Presidente que ainda não consegue dizer quando é que irá começar, ainda que o processo esteja em desenvolvimento.

- Reunião com a divisão de obras da CMO, com vista à análise da pavimentação de vários arruamentos de Cortegaça. Aqui o Senhor Presidente da JFC identificou várias ruas, nomeadamente Santa Marinha, Gavinho, Rua da Cruz, a Rua do Rio, Rua da Seara e Rua do Apeadeiro.

- Reuniões com equipa projetista e chefe de divisão do ambiente da CMO, com vista à análise do resultado da candidatura ao POSEUR, do projeto de realocação do parque de campismo de Cortegaça e requalificação da frente de mar, tendo este assunto já respondido anteriormente.



3.2 Discussão e Apreciação da Prestação de contas do ano económico de 2020

Dada a palavra ao Presidente da Junta, este mencionou que é entendimento do executivo que a situação financeira da JFC está no bom caminho, pois, constata-se uma dívida muito residual.

Relembrou e afirmou que foi assumido o compromisso de terminar o mandato com dívida zero.

Procurarão fazê-lo o quanto antes, mas se suceder perto do fim do mandato não quer que o acusem de atitude eleitoralista.

Informou que, em termos legais, só será considerada dívida as faturas com mais de 90 dias e aí existiria uma dívida de cerca de 19.000,00€. Considerando todo o período, existe uma dívida de 41.000,00€, sendo a sua maioria referente aos últimos 3 meses de 2020.

Realçou que a junta tem investido o que efetivamente recebe.

Reduziu drasticamente o prazo de recebimento e de pagamento, pensando que na próxima assembleia poderão anunciar dívida zero.

Mostrou-se, ainda, disponível para responder a qualquer questão.

Abertas as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia, inscreveu-se Américo Dias e Miguel Coelho.

Concedida a palavra a Américo Dias disse:

“1. Uma primeira nota, para congratular o executivo por ter verificado que a forma como apresentou a prestação de contas do ano de 2019, não foi consentânea nem coerente com a atuação de um executivo que deve democraticamente e de uma forma transparente colocar à disposição do órgão fiscalizador (a Assembleia de Freguesia), todos os documentos, o mais claros, abrangentes e elucidativos que lhe for possível.

Registamos por isso com algum agrado, que o relatório deste ano apresenta de uma forma mais pormenorizada e abrangente a prestação de contas. Embora ainda não sendo o desejável, está bastante mais elucidativo e consentâneo.

No entanto, não posso deixar de tecer aqui uma crítica à apresentação gráfica, que deixa muito a desejar, obrigando a um esforço suplementar para se conseguir ler, entender e interpretar tanto alguns quadros, como alguns gráficos apresentados.



2. *Verificamos uma vez mais que a execução orçamental da despesa é superior à execução orçamental da receita, o que quer dizer que a receita ficou aquém da despesa, tendo mesmo havido a necessidade de ter recorrido ao saldo de gerência, para balancear um pouco mais este resultado negativo.*

3. *Na análise dos documentos, vamos verificando despesas há volta da gestão do Pavilhão, as quais gostaríamos de perceber, há um contrato de arrendamento que determina todas as despesas de manutenção, água, luz, etc... da responsabilidade da Federação Portuguesa de Voleibol, no entanto continuam a somar-se despesas que ultrapassam em muito o valor anual das rendas recebidas, sendo que este ano não descortinamos qualquer receita dessas rendas... pelo menos com um item que seja perceptível.*

4. *Gostaríamos também de entender na parte das receitas a verba de 32.328,20 € relativo a processo judicial em curso e na parte das despesas a verba de 7.500,00 € relativo também a processo judicial em curso.*

5. *No restante a análise a esta prestação de contas continua aquém do satisfatório com uma taxa de execução dos investimentos de pouco mais de 47%. Uma taxa de execução da despesa de cerca de 57%. Uma taxa de execução da receita corrente de cerca de 55%, sendo que a receita de capital se ficou pelos 23%.*

Por isso uma prestação de contas que representa um resultado bastante aquém da previsão orçamental, que denota falta de rigor, quer na elaboração do orçamento previsional, como na sua concretização.”

De seguida, usou da palavra Miguel Coelho. Salientou que a dívida a curto prazo subiu.

No que respeita ao anúncio da dívida zero, mencionou que, socorrendo-se o executivo da venda de património, que isso “vale o que vale”.

Dada a palavra ao senhor Presidente da JFC, o mesmo lançou o desafio à bancada do PS a dizer o que é que o executivo vendeu nos últimos dois mandatos.

Mais fez notar que a dívida a curto prazo subiu, mas também o investimento subiu.

Quanto à taxa de execução, se se prevê uma determinada despesa e uma determinada receita, se esta última não entrou não se pode fazer a despesa.



Informou que a JFC entregou toda a documentação que a lei assim exige, tendo ainda entregue anexos que permitem uma melhor análise da documentação, para que exista a maior transparência possível.

Despesas à volta do pavilhão: havia uma serie de compromissos que constam do próprio contrato, em que a JFC se comprometeu a realizar, como p. ex., portas de segurança, substituição de iluminação por led's.

Quanto à questão das rendas não recebidas, era suposto ser a JFC a custear a preparação do equipamento para a prática do voleibol de praia. A JFC não tinha a verba disponível. Assim a Federação de Voleibol avançou com a verba de 11 meses de renda e fez-se um período de carência desse período, ficando o pavilhão com as condições que deveria.

Quanto ao processo judicial, está relacionado com o pagamento aos trabalhadores do parque de campismo.

Passando à votação da prestação de contas do ano económico de 2020, foi a mesma aprovada por maioria, com 7 votos a favor dos membros do PSD e 2 votos contra dos membros do PS, sem apresentação de qualquer declaração de voto.

3.3 Discussão e apreciação do Inventário em 31/12/2019

Convidado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, informou que a JFC fez uma reforma administrativa e informática e também do software de inventário, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenta a inexistência de inscrições por parte dos membros da Assembleia de Freguesia para intervir neste ponto, passou-se de imediato à votação do inventário em 31/12/2020, o qual foi aprovado por unanimidade sem apresentação de qualquer declaração de voto.

4: Moção do Partido Socialista.

4.1: Submeter à apreciação e votação desta Assembleia, uma resolução que determine que a venda dos lotes relativos ao projeto de loteamento do artigo matricial nº 802, terá de passar pela



autorização desta assembleia de Freguesia, nomeadamente definindo e aprovando o valor da venda de cada lote.

Convidada a bancada do Partido Socialista a apresentar a moção 1, pelo membro Américo Dias foi dito:

“Esclarecida documentalmente pelo executivo a primeira parte do nosso requerimento, quanto à posse titular da propriedade com o artigo Matricial n.º 802. Em virtude de já termos sido surpreendidos no passado com um erro grosseiro de identificação de uma propriedade, levando à suspensão de um ato de escritura por esse motivo, originando que esta ficasse suspensa indefinidamente, depois de gastos recursos e terem sido geradas expectativas positivas para a freguesia, nomeadamente com a construção de um Hotel, conforme o projeto ganhador desse concurso público. Este executivo ficou refém da vontade da entidade vencedora, que normalmente já teria o seu projeto implementado no terreno, pois assim determinavam as regras desse concurso, e assim parecia demonstrada a intenção da Dolphinconcept, Lda., no seu projeto vencedor, facto que proporcionaria à Junta de Freguesia, além da mais-valia de um hotel implantado na nossa freguesia, também um encaixe financeiro de mais de 160.000,00 €.

Ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Junta, se vangloria, numa recente entrevista, ao afirmar que já temos um hotel a ser implantado, se tivesse sido diligente e com competência, possivelmente teríamos dois hotéis, aliás, tendo como base a entrevista que saiu num órgão de comunicação, quando afirma que um dos objetivos alcançados por este executivo nestes últimos quatro anos foi a construção de um hotel, gostaríamos que nos explicasse em que medida o seu executivo teve alguma ação ou participação, para que chame a si o mérito e o protagonismo da implantação deste hotel? Tanto quanto sabemos a empresa Rednix, Lda., proprietária deste hotel que está a ser construído, terá mesmo intentado uma ação judicial contra a Junta de freguesia, precisamente por causa da má condução deste processo por parte do seu executivo.

Quanto ao desfecho do negócio da venda do terreno à empresa Dolphinconcept, Lda., vencedora do concurso, ainda estamos por saber se algum dia realmente se realizará...



Não obstante esta situação ser da inteira responsabilidade deste executivo, numa tentativa de, (como se costuma dizer no adágio popular), “sacudir a areia do capote” veio o Sr. Presidente acusar esta Assembleia, de não ter exercido devidamente o seu dever fiscalizador.

Sr. Presidente, foi precisamente com esse dever fiscalizador e a bem da transparência de procedimentos e de atuações, que pedimos este esclarecimento. Assim, fica esta assembleia em posse de documentos, que em atos similares no futuro, lhe permitirá fiscalizar e conferir a autenticidade desses documentos.

Moção 1 - Estamos na reta final deste mandato. Em outubro próximo teremos eleições autárquicas e certamente um novo cenário com novos eleitos na composição desta assembleia. Por isso apresentamos à vossa apreciação para votação, esta moção, porque como o assunto do projeto de loteamento da propriedade registada com o artigo matricial n.º 802, foi iniciado neste mandato, e certamente passará para o mandato seguinte, consideramos que é legítimo, sendo mesmo um ato de consciência para todos nós, deixarmos aos próximos eleitos, a possibilidade e mesmo a obrigatoriedade de ser esta Assembleia de Freguesia, a ter o ónus da decisão sobre este assunto, nomeadamente, no que diz respeito ao mecanismo e à forma como será estipulada a venda e os respetivos valores de cada lote.”

O senhor Presidente da JFC, porque interpelado, informou não ter criticado o dever de fiscalização da Assembleia de Freguesia, mas sim a postura dos elementos do júri do concurso, entre os quais os membros do PS faziam parte que não verificaram os documentos. Frisou que ainda bem que reconheciam e que agora pediam.

Convidada a bancada do PSD à discussão, interveio Jorge Miguel Silva que afirmou que só poderiam votar a favor, não obstante tratar-se de uma proposta inócua, vazia de sentido.

Mencionou que a moção apresentada traduz o que está disposto na lei no que respeita às competências da Assembleia de Freguesia.

Citou o art.º 9º, nº 1 e) da Lei nº 75/2013, onde consta como competência das Assembleias de Freguesia “Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite



fixado para a junta de freguesia e definir as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública”.

Estando tal definido já na lei, a bancada do PSD parte do pressuposto que esta Assembleia irá cumprir o que está previsto na lei.

Acrescentou ainda que o executivo tem tido o hábito de trazer à Assembleia questões que são da sua competência, identificando que, não obstante ter competência para proceder ao estudo do projeto de loteamento, o executivo trouxe o referido tema à Assembleia.

Salientou que tal estudo ainda está em análise na CMOvar estranhando que já se considere que existiu uma venda.

Concluiu adiantando que a bancada do PSD irá votar favoravelmente a presente Moção pois trata-se do que decorre da lei e que estarão ao lado da lei e caminharão nesse sentido.

Passando à votação da moção 1 da bancada do PS, a mesma foi aprovada por unanimidade.

5: Moção do Partido Socialista

5.1: Em virtude da alienação do património da Freguesia implicar perda de recursos e dos meios potenciadores de gerar riqueza, vem o grupo do Partido Socialista, submeter à apreciação e votação desta Assembleia uma resolução que determine que o capital gerado pela venda dos lotes desta propriedade a alienar, seja destinado a algo (por exemplo uma obra), de utilidade e beneficiação para toda a Freguesia de Cortegaça. Tendo obrigatoriamente de ser aprovada em Assembleia de Freguesia.

Convidada a bancada do Partido Socialista a apresentar a moção 2, pelo membro Américo Dias foi dito:

“Moção 2 – Conforme argumentado na introdução desta Moção, a alienação do património da freguesia, representa sempre perda de recursos e de meios potenciadores de



gerar riqueza, por esse motivo apresentamos esta moção à vossa análise para votação, pelos mesmos motivos já atrás citados. Achamos ainda, que o resultado da venda da totalidade deste loteamento, deverá ser reservado para uma obra ou projeto que beneficie e traga valor acrescentado a toda a Freguesia, tendo obrigatoriamente de ser fiscalizado, discutido e aprovado por esta Assembleia de Freguesia. Embora não faça parte desta moção agora apresentada, sugerimos mesmo, que oportunamente seja equacionada a hipótese de sair de entre os membros desta Assembleia, uma comissão de fiscalização e acompanhamento, especificamente para este processo.

Caros membros, desta Assembleia, Vossas Excelências, ao votarem favoravelmente estas moções, estarão seguramente a ter uma maior responsabilidade e coerência nos vossos atos, não assinando em branco, ou subscrevendo uma folha cujo conteúdo desconhecem. Como já referi anteriormente, a nova Assembleia de Freguesia merece da nossa parte esta lucidez e coerência, independentemente da forma e do mecanismo que for usado para a venda ou desenvolvimento deste projeto de loteamento, deverá ser sempre a Assembleia de Freguesia a decidir e a definir de que forma e a partir de que valor será lançado a concurso público, até porque desconhecemos completamente qual será a nova distribuição de lugares. Como se costuma dizer, não há vencedores e derrotados antecipados. Desta forma, deixaremos os mecanismos e as regras democráticas necessárias para que não sejam tomadas decisões isoladas, quiçá até lesivas para os interesses da freguesia, permitindo a este ou a qualquer outro executivo que venha a ser formado, em função do resultado eleitoral, ter carta-branca, para atuar sobre este assunto, como muito bem lhe aprouver, podendo surgir situações que lesem os interesses da Freguesia, similares àquelas que quase venderam um terreno avaliado em mais de 160.000,00 €, por metade dessa avaliação, que só não se concretizou, graças à intervenção da Bancada do Partido Socialista.

À consideração de todos e à responsabilidade de consciência individual de cada um...”

Convidada à discussão, pela bancada do PSD não foi manifestada intenção em intervir.

Passando à votação da moção 2 da bancada do PS, a mesma não foi aprovada com 2 votos favoráveis (OS) e 7 votos contra (PSD).



A bancada do PSD apresentou declaração de voto, nos seguintes termos:

“O grupo do PSD da Assembleia de Freguesia de Cortegaça vem manifestar através deste documento as razões pela qual levaram à tomada de posição e consequente votação levada a debate da moção nº 2.

Referimos em primeira instância que expomos a nossa concordância com o princípio em si da moção, pois estamos de acordo que um o possível capital, gerado por uma possível venda, deverá ser aplicado em obras que beneficiem Cortegaça e a sua população.

Aliás, é isso que temos vindo a defender ao longo deste mandato, nas diferentes Assembleias de Freguesia,

No entanto, consideramos que se trata de uma proposta ambígua e que não se mostra concreta no seu teor.

Isto, porque na moção em causa, os critérios de utilidade e beneficência não se encontram, de todo, definidos.

Definidos não se encontram, também os critérios do que tipo de construção feita nem como qual o valor a ser gasto, muito menos qual o valor que será gerado após uma possível venda.

Neste sentido, perguntas como, o que é que construímos, quem define a utilidade, quem define a beneficência, quais são os valores obtidos e consequentemente gastos, tornam-se perguntas sem qualquer tipo de resposta, daí afirmarmos que se trata de uma moção que não é de todo objetiva.

Para além destes fatores, consideramos que se trata de uma moção que extravasa, ultrapassa e sai fora do âmbito daquilo que são as competências do órgão que é a Assembleia de Freguesia de Cortegaça.

Desejamos que, e considerando aquilo que são as competências de uma junta de freguesia, presentes na Lei 75/2013 e citando a alínea t) do nº 1 do art.º 16º, as competências das juntas de freguesia passam por “Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto”.

Ainda dentro do mesmo art.º, na alínea i), é considerado que “Administrar e conservar o património da freguesia” são também competências que dizem respeito à Junta de Freguesia.

Consideramos que a presente moção, tal como está descrita, poderá ser prejudicial à própria freguesia e poderá também condicionar o futuro com algo que se pode discutir a qualquer momento.



Colocando termo à declaração de voto da bancada do PSD, manifestamos, ainda, toda a disponibilidade para apreciar e discutir uma proposta que seja realmente concreta e palpável, tal como sempre o fizemos”.

Antes de concluir os trabalhos, o Senhor Presidente da JFC solicitou à Senhora Presidente da Assembleia, em jeito de conclusão e atendendo à importância da matéria, oportunidade de intervir.

Adiantou que este assunto não seria tratado neste mandato e, portanto, desconhecendo-se quem será a Assembleia bem como o Presidente da JFC, gostaria de deixar em ata, uma vez que pretende defender o melhor interesse da freguesia, uma sugestão, no sentido de que seja criada uma comissão, com as forças vivas da freguesia, nomeadamente, presidentes de associações, ex-presidentes da Junta, sendo que, sendo o mesmo ex-presidente, desde já se abstém de fazer parte, bem como de ex-presidentes da CMOvar.

Assim, envolvendo-se toda a comunidade a definir qual o melhor destino a dar a essa receita, que não é uma perda de recursos mas sim um ganho de recursos e de valorização do património da JFC.

Tomada nota da sugestão, a Senhora Presidente da Assembleia deu como findos os trabalhos e encerrada a sessão ordinária de 29 de abril de 2021, agradecendo a presença e participação de todos com votos de uma boa noite.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,

(Luciana Camboa de Sousa)

O Secretário,



(Cipriano Oliveira Gomes)

O Secretário,

(António Alves de Sousa)